

Bertrand, Michel, Andújar Castillo, Francisco y Glesener, Thomas (eds.), *Gobernar y reformar la Monarquía. Los agentes políticos y administrativos en España y América. Siglos XVI-XIX*, Valencia, Albatros Ediciones, 2018, 310 págs., ISBN: 9788472743441.

Sem o ser ou sem o dizer expressamente, esta obra de fato se constitui como um livro de homenagem a um historiador que continua ativo e a produzir conhecimento, neste caso, essencial à história moderna hispano-americana. *Gobernar y reformar la Monarquía. Los agentes políticos y administrativos en España y América. Siglos XVI-XIX* é um livro coletivo organizado por Michel Bertrand, Francisco Andújar e Thomas Glesener e publicado em 2018 pela editora valenciana Albatros, na coleção *Historia de España y su proyección internacional*. Digno de apreço é se ter passado apenas um ano desde o Congresso internacional que lhe deu origem: *État, pouvoir, administration et élites dans la monarchie hispanique*, realizado na Casa de Velázquez em Madrid, não perdendo assim o seu “frescor”. A quase totalidade dos intervenientes deste evento contribuiu para esta obra que conta, entretanto, com algumas novas colaborações, duas das quais importantes também por trazerem à tona reflexões sobre os territórios não-europeus do Império espanhol.

No epicentro deste livro está o historiador francês Jean-Pierre Dedieu e a base de dados FichoZ, a qual idealizou e começou a elaborar há cerca de 30 anos, antecedendo em muito a difusão, nesta última década, dos benefícios que a tecnologia digital pode oferecer às Humanidades. A história do instrumento FichoZ não se pode contar sem mencionar a do grupo de investigação franco-espanhol PAPE (Personal administrativo y Político Español), criado por Didier Ozanam por volta de 1980, quando era diretor da Casa de Velázquez. Quem nos apresenta esta história é o próprio Jean-Pierre Dedieu, autor do 1º capítulo deste livro e, embora busque refletir sobre “las razones de un éxito”, o faz em um tom elogioso bastante sutil sobretudo porque, tendo-o liderado até muito recentemente, parece não querer se vangloriar.

De qualquer forma, o sucesso é coletivo, como faz questão de frisar. No decorrer de sua longa existência, os integrantes e colaboradores do PAPE, historiadores de grande envergadura intelectual, primaram por uma dinâmica colaborativa em que compartilhavam fontes e as produções resultantes de suas análises. Obteve-se, assim, um avanço historiográfico capaz de alterar significativamente a visão que se tinha dos espaços espanhol e ibero-americano dos séculos XVII a XIX (p. 21) e, nesta obra, fazem jus a um instrumento técnico/informático, o FichoZ. Lá voltaremos a ele.

Em grande medida, para aqueles que não conhecem o PAPE ou a base de dados que a partir dele se originou, e que foi sendo alimentada nas últimas décadas, encontramos na introdução dos organizadores e nos primeiros sete capítulos tudo o que precisamos saber. Ali estão seus princípios norteadores, a metodologia que lhes deu corpo, os novos paradigmas historiográficos que frutificaram, assim como reflexões sobre as perspectivas futuras de um projeto cujos benefícios estão longe

de se esgotar. As duas primeiras partes do livro abordam estes tópicos de forma extremamente clara e, para além de Dedieu, contamos com a participação de outros “líderes do grêmio” ou simpatizantes: Andoni Artola Renedo (em coautoria com Álvaro Chaparro Sainz), Michel Bertrand, José María Imízcoz, Jean-Philippe Luis, Zacarias Moutoukias e Christian Windler. Estes autores, que versam sobre esta proposta historiográfica (e teórico-metodológica), primam pela clareza mas quando vistos em conjunto parecem ser desnecessariamente repetitivos, apesar das diferenças interpretativas.

Mas do que se trata, afinal? A que êxitos se referem e quais as inovações metodológicas e historiográficas que trouxeram? Valendo-nos de uma síntese, com todos os riscos que isso comporta, começamos por frisar que as mudanças pelas quais passou a base de dados refletem, em larga medida, aquelas vivenciadas pelos integrantes/parceiros do PAPE na elaboração e reelaboração das análises históricas, as quais por sua vez levaram a alterações no Fichoz (convertido, a partir desta nova proposta, em Actoz).

Criado inicialmente para armazenar informações pessoais e profissionais dos agentes da Monarquia Católica, com o intuito de fazer análises prosopográficas, rapidamente se percebeu que a tecnologia poderia fazer mais: cruzar um grande volume de dados, o que seria impossível realizar manualmente. Assim, para além de biografias coletivas, os investigadores tinham à frente uma “prosopografia relacional”, terreno fértil (ou melhor dizendo, fertilíssimo) para interpretar as redes sociais tecidas entre estes agentes políticos e administrativos.

Se hoje os estudos de história político-administrativa reconhecem que não se podem desprezar as conexões interpessoais vigentes no Antigo Regime por serem essenciais à compreensão das instituições e das práticas governativas nos impérios ibéricos, só se pode entender a revolução historiográfica, como é designada, promovida tanto pelo PAPE como pelo Fichoz, se tomarmos seus pontos de partida. Talvez por isto, nestas duas partes iniciais do livro insiste-se nos mesmos pontos acrescentando ainda uma reflexão sobre a “teoria das convenções” defendida por Dedieu em um livro publicado em 2010, *Après de roi*, disponível até agora apenas em francês. O capítulo da autoria de Jean-Philippe Luis nos fornece uma preciosa exposição desta teoria que, na sua opinião, é perfeita para se pensar o mundo hispânico com suas regras implícitas de regulação social (p. 86-7), em particular para entender contextos de rupturas extremas, que é quando as convenções se desgastam.

Zacarias Moutoukias une as duas premissas teóricas referidas nesta obra e, no capítulo seguinte, propõe uma reflexão sobre a “idea de una visión relacional de la convención” monárquica, potencialmente transversal a muitos atores e grupos, assim como a integrantes de diferentes instituições, que não podem, por isso, ser estudadas de forma segmentada. O autor, tendo como atores os comerciantes do Consulado de Buenos Aires no final do século XVIII, mostra como é possível e enriquecedor ampliar o número de redes e diversificar a natureza das mesmas, o que não dissolve a ideia de convenção pois, se cada um fazia o seu próprio jogo, todos faziam o jogo da monarquia (p. 118). Uma perspectiva aparentemente ousada, na medida em que acentua quase ao infinito, neste universo de direitos e culturas jurídicas plurais, os vínculos entre seus atores. Entretanto, embora afirme que é esta a maior contribuição da base de dados Fichoz, julga-a perceptível a poucos.

Esta pluralidade é explorada ainda por Christian Windler ao propor uma análise comparativa entre o ascetismo protestante e o das ordens religiosas católicas e o da

Igreja tridentina. Aqui evidencia como os benefícios pessoais advindos das redes relacionais eram distintamente compreendidos em função da filiação religiosa, o que é estendido à noção de corrupção (tema trabalhado também por Antonio Jiménez Estrella e por um dos organizadores do livro, Francisco Andújar Castillo). Ao propor uma comparação, Windler mostra neste capítulo interessante e original como entre os católicos, apesar da diversidade das relações informais, existia uma cultura comum. E não seria isto a teoria da convenção elaborada por Dedieu?

A terceira parte desta obra, que versa sobre as elites e os agentes do rei, e a última, dedicada às reformas borbónicas da administração, oferecem o que há de mais precioso: análises empíricas de enorme rigor científico que sustentam a aplicabilidade das teorias anteriormente referidas. A meu ver, a melhor homenagem que se pode prestar, sobretudo porque ficamos a saber, logo na introdução do livro, que todos os investigadores deste livro “se han movido en torno a la propuesta historiográfica y metodológica que ha venido impulsando Jean-Pierre Dedieu” (p. 11).

São diferentes estudos de caso, com distintos protagonistas, normalmente de grande relevo social, em contextos que contemplam desde o século XVI ao final do Antigo Regime. O maior destaque é conferido ao Setecentos, pela importância dada na obra aos estudos de Dedieu e ao reformismo borbónico que, já o sabemos, antecede ao reinado de Carlos III. Tratam-se de análises da história administrativa (de justiça e de fazenda), militar e eclesiástica nas quais os agentes –mas também as instituições e, sobretudo, as formas de governar– ocupam o lugar central. Todo um universo no qual o olhar microscópico, minucioso e atento aos detalhes (como se ilustra de forma emblemática no capítulo da autoria de María Victoria López-Cordón) revela também muito da história social. Afinal não podia ser diferente na medida em que, como muitos fazem questão de referir, não foram consultadas apenas as fontes citadas mas também um instrumento de pesquisa, o Fichoz, que permite utilizar de forma cruzada as informações que de muitas delas se extraíram.

Um projeto coletivo sem a menor sombra de dúvida, no qual quase todos os autores deste livro (e vários outros) contribuíram, restando ainda citar Guillaume Gaudin, Teresa Nava Rodríguez, Anne Dubet, Thomas Glesener (também organizador) e Lucrecia Enríquez. Uma obra que presta homenagem a um intelectual e a um projeto de investigação sem cair na idolatria, na comemoração acrítica que poderia, em última instância, minar o contributo futuro. E porque é disso mesmo que se trata, os passos e desafios futuros são dados mais uma vez por Dedieu, logo no início do livro, como se dissesse: Não me prestem homenagem quando ainda há tanto a fazer.

Um exemplo a ser tomado em consideração.

Roberta Stumpf  
Universidade Nova de Lisboa  
robertastumpf@gmail.com